

Tempo e linguagem em Wittgenstein e Russell – a interpretação de Bento Prado Neto

Ghilherme Ghisoni

UFG

INTRODUÇÃO

Bento Prado de Almeida Ferraz Neto, em seu livro de 2003, oferece uma análise detida do §67 das *Observações Filosóficas* de Wittgenstein (1975) e mostra como este parágrafo se encontra diretamente relacionado ao abandono do projeto de construção de uma linguagem fenomenológica, em 1929, por razões relacionadas ao tempo.¹ O objetivo deste artigo é traçar paralelos entre a análise de Ferraz Neto do §67 e a crítica de Bertrand Russell à possibilidade de construção de uma série temporal a partir das qualidades (como prazer e dor), em um artigo de 1901, intitulado “Is Position in Time and Space Absolute or Relative?”². Buscarei mostrar que a posição de Russell antecipa alguns elementos presentes na argumentação de Wittgenstein no §67 das *OF*, de acordo com a interpretação de Ferraz Neto.

1 O projeto fenomenológico de Wittgenstein é expresso principalmente no artigo de 1929 “Some Remarks on Logical Form” (doravante SRLF), no livro *Observações Filosóficas* (1975) (doravante *OF*), nos manuscritos 106 até 109 (WITTGENSTEIN 1989) e no *The Big Typescript* (2005) (doravante *BT*). No caso dos textos de Wittgenstein, utilizarei a forma de citação padrão, utilizando os parágrafos e seções das obras *OF* e *BT* como referência. Todas as traduções de textos de língua estrangeira presentes neste artigo são de minha autoria.

2 O termo “relativo” aqui não faz alusão à concepção de tempo das teorias da relatividade (sendo a primeira versão da relatividade de 1905), mas às teorias relacionais do tempo – que podem ser retraçadas a Leibniz. Para evitar possível confusão, darei preferência ao termo “relacional” (também comumente usado) para caracterizar essa concepção de tempo.

A importância da interpretação de Ferraz Neto no livro de 2003 se encontra no fato de ser a primeira e única a oferecer uma análise detalhada dos parágrafos 67 e 68, nos quais Wittgenstein expressa a impossibilidade *temporal* da linguagem fenomenológica.³

Caso o paralelo com Russell aqui proposto seja pertinente, abre-se, com isso, uma nova linha de diálogo para a compreensão do pano de fundo das considerações de Wittgenstein sobre a impossibilidade temporal da linguagem fenomenológica, para além da relação com Henri Bergson (como explora Ferraz Neto em seu artigo de 2005). O paralelo com Russell nos permitirá notar como as análises fenomenológicas de Wittgenstein sobre o tempo em 1929 podem ser conectadas ao debate entre as concepções relacional e absoluta do tempo, pelo viés da questão acerca da forma lógica das proposições temporais.⁴

Tomarei como ponto de partida a exposição das linhas gerais do desenvolvimento da filosofia do tempo de Russell, tendo em vista situar o artigo de 1901 no interior deste percurso.

3 Jakko Hintikka (1996) e Denis Perrin (2007), embora também explorem o viés temporal do ocaso da linguagem fenomenológica de Wittgenstein, negligenciam esses parágrafos e explicam a impossibilidade temporal recorrendo a outros elementos. Para Hintikka, Wittgenstein, ao introduzir o cálculo na linguagem (para resolver o problema das cores) veta a possibilidade da linguagem fenomenológica, pois a fisicalidade dos símbolos envolvidos no cálculo exigiria que a linguagem fosse fisicalista. Segundo esse autor, aquele que calcula deveria ser capaz de reconhecer a identidade desses símbolos ao longo do tempo – sendo, assim, necessário um critério fisicalista de re-identificação desses objetos, para que a linguagem pudesse ser comparada à realidade. Isso colocaria, segundo ele, a relação entre linguagem e mundo em uma nova perspectiva, pois “[n]ão se pode colocar um objeto fisicalista como uma sentença linguística ‘em cima de’ um estado de coisas fenomenológico” (1996, p. 265). Perrin explora semelhante viés interpretativo ao sustentar que “a impossibilidade da linguagem fenomenológica se impõe como *factual*: por causa do caráter fluente do presente, sua descrição verbal não poderia ser simultânea (uma vez que uma proposição toma tempo), ao passo que essa simultaneidade é um dos requisitos que pesam sobre a linguagem fenomenológica” (2007, p. 103). Uma análise detida das diferentes interpretações do ocaso da linguagem fenomenológica pode ser encontrada em SILVA (2011).

4 Sou grato aos organizadores e participantes do III Colóquio Dissoi Logoi (realizado na UNIFESP, Guarulhos, em 2017). Neste evento pude expor e discutir as ideias presentes neste artigo. Agradeço especialmente ao Anderson Nakano e ao Bento Prado de Almeida Ferraz Neto por apontarem as diferenças entre a interpretação que sugeri da posição de Ferraz Neto em 2003 e sua atual interpretação em 2017. O que irei expor neste artigo diz respeito às teses de Ferraz Neto em 2003. Em livro publicado em 2017, o autor desenvolve outra linha interpretativa, que recorre à inexistência de uma “métrica” para o tempo fenomenológico (a partir da análise do §75 das OF), para explicar a impossibilidade temporal da linguagem fenomenológica (FERRAZ NETO, 2017, pp. 167-174).

Na sequência, farei a exposição da interpretação de Ferraz Neto do §67 das OF de Wittgenstein. Posteriormente, analisarei a argumentação de Russell no artigo de 1901, acerca da impossibilidade de construção de uma série temporal a partir das relações temporais entre as qualidades.⁵ Por fim, mostrarei o ponto de confluência entre a interpretação de Ferraz Neto e a argumentação de Russell. A tese final que pretendo defender é que a constatação de Wittgenstein de que o que compreendemos por linguagem flui no tempo homogêneo da física equivaleria à conclusão russelliana de que uma série temporal independente das relações temporais das qualidades seria um requisito da forma lógica das proposições temporais.

O PANO DE FUNDO HISTÓRICO RUSSELLIANO DO PARALELO QUE SERÁ AQUI PROPOSTO

Russell adotou ao longo de sua vida três teorias do tempo: *i*) uma relacional em 1897 (em seu período neo-hegeliano), *ii*) uma teoria absoluta, entre os anos de 1899 e 1913, e, por fim, *iii*) uma nova teoria relacional a partir de 1914.

A diferença entre essas teorias diz respeito aos elementos considerados primitivos. Na teoria absoluta, há duas classes de entidades: *i*) as posições do tempo (que são os *instantes*) e *ii*) aquilo que ocupa as posições (que são as *qualidades* – instanciações de universais), e há três relações simples: *i*) antes, *ii*) depois e *iii*) em um tempo (“*at a time*”).⁶ Os instantes são ordenados pelas relações transitivas assimétricas de *antes* e *depois*. O *evento* é uma entidade complexa (não primitiva) composta pela ocorrência de uma qualidade *em um tempo*. Qualidades em um mesmo instante são simultâneas. Por esse viés, o tempo é definido como uma série unidimensional de instantes, ordenados pelas relações de sucessão, e independente ontologicamente daquilo que ocupa as posições do tempo.

Na teoria relacional, há uma única classe de entidades primitivas: os eventos. O tempo é a ordem dos eventos pelas relações de sucessão e simultaneidade. Na teoria relacional de Russell,

5 Essa argumentação é retomada por Russell no manuscrito de 1913 *Theory of Knowledge* (1984), no capítulo VI, sobre a experiência do tempo; publicado posteriormente como artigo na revista *The Monist*, em 1915.

6 Cf. Russell, 1901, p. 294.

desenvolvida a partir de 1914, o instante passa a ser concebido como uma *construção lógica*.⁷ Na interpretação russelliana do princípio de Occam, caso consigamos construir os instantes a partir da ordem dos eventos, devemos deixar de postulá-los como entidades primitivas.⁸ O ponto de partida de Russell (2009, p. 94-95) é a ideia de que todo evento tem duração e um evento E1 se sobrepõe a um evento E2 se E1 não é totalmente antes (ou totalmente depois) de E2 e E2 não é totalmente antes (ou totalmente depois) de E1. Assim, um dos eventos deve preceder o outro se eles não se sobrepõem. A sobreposição dos eventos pode ser parcial ou total. Em relação a um grupo de eventos que se sobrepõem, deve haver algum tempo, ainda que muito curto, no qual todos eles existam. Todos os eventos desse grupo seriam simultâneos entre si e nenhum evento exterior ao grupo seria simultâneo a todos eles. Esse grupo é definido por Russell, em OKEW, como um *instante* (p. 95). Um evento está *em* (“at”) um instante se ele é membro do grupo de eventos pelo qual o instante é constituído.⁹

Uma importante diferença entre essas teorias é que na absoluta as datas são nomes que nomeiam diretamente as posições do tempo (que existem independentemente dos eventos). Na teoria relacional, por sua vez, como afirma Russell no OKEW: “não podemos dar aquilo que seria chamado de datas absolutas, mas apenas datas determinadas por eventos. Não podemos apontar para o tempo ele mesmo, mas apenas para algum evento ocorrendo em um tempo” (2009, p. 94).

O paralelo que pretendo traçar é entre a análise de Ferraz Neto do §67 das OF (que é o principal texto no qual Wittgenstein expressa a impossibilidade temporal da linguagem fenomenológica) e um argumento que Russell mobiliza em 1901, para mostrar que não é possível a construção de uma série temporal, caso fiquemos restritos exclusivamente às relações tempo-

7 Usarei a edição de 2009 do livro de 1914, intitulado *Our Knowledge of the External World* (doravante OKEW). Em *The Analysis of Matter* (1927) e “On order in time” (1936), Russell oferece um outro modo de construção da série temporal a partir de eventos, que é um desenvolvimento das ideias de 1914.

8 Essa construção, para Russell, só se torna possível a partir das ideias de Whitehead, que o fazem acordar do “sonho dogmático”, em 1914 (cf. RUSSELL, 1995, p. 77). Russell expõe a importância dessas ideias de Whitehead no OKEW (2009, pp. XV-XV, 92-93). Segundo Russell: “Whitehead inventou um método de construção de pontos, instantes e partículas como conjunto de eventos.” (1995, p. 77).

9 Podemos encontrar uma descrição detalhada da construção do instante a partir da série de eventos em MIAH (2006, pp. 165-172).

rais das qualidades (como prazer e dor) – como parte de sua crítica à teoria relacional e defesa da teoria absoluta.

Vejamos, então, a análise proposta por Ferraz Neto.

A IMPOSSIBILIDADE TEMPORAL DA LINGUAGEM FENOMENOLÓGICA

O que veta, pelo viés temporal, a possibilidade de uma linguagem completamente analisada, capaz de explicitar plenamente o seu sentido, é que, mesmo se fizéssemos uma descrição não hipotética de uma série de fenômenos (cuja ordenação temporal é a ordem da memória e cujo conteúdo nos seria dado pela memória), e na mesma velocidade que relembramos esses fenômenos, ao tentarmos “reler” essa descrição, ela se revelaria, segundo Wittgenstein, ao final hipotética.¹⁰ A dificuldade imposta pelo §67 das *Observações Filosóficas* é compreender *por que* na releitura dessa linguagem ela se revelaria hipotética. Com exceção da interpretação de Ferraz Neto, na bibliografia secundária, não há nenhuma outra proposta detalhada de explicação deste porquê – crucial ao tema em questão.

No §67, Wittgenstein desenvolve um experimento mental no qual figuras de gesso seriam produzidas, em escala reduzida, tendo em vista descrever, de maneira não-hipotética (limitando-se ao que de fato foi visto), todas as minhas impressões sensíveis.¹¹ A possibilidade de escrevermos essa descrição estaria salvaguardada pelo estatuto que o autor atribui à memória no sistema primário – fenomenológico. No sistema primário, a memória é fonte do tempo (de tal modo que ele definirá o tempo como “o modo como memórias são ordenadas”¹²) e a rememo-

10 Wittgenstein aborda explicitamente a memória como “fonte do tempo” no §49 das OF e no BT, §105, p. 363. A memória é descrita como “a fonte de nosso conhecimento, como verificação de nossas proposições” também no §49 das OF.

11 “Suponhamos que eu tenha tão boa memória que pudesse lembrar de todas as minhas impressões. Nesse caso, não haveria, *prima facie*, nada que me impedisse de descrevê-las. Isto seria uma biografia. E por que não deveria eu ser capaz de deixar tudo que hipotético fora dessa descrição? / Eu poderia, por exemplo, representar as imagens visuais plasticamente, talvez como figuras de gesso, em uma escala reduzida, que eu completaria apenas até o ponto em que realmente as vi, designando o resto como inessencial por meio de sombreado ou outros meios” (§67, OF).

12 WAISMANN, 1976, p. 98.

ração será uma forma de *percepção* do passado (tornando-a, assim, imune ao erro).¹³ É a esse estatuto infalível da memória (como uma forma de percepção) que o experimento mental do §67 alude ao começar pela suposição de que tivéssemos tão boa memória que pudéssemos lembrar todas as impressões sensíveis, de tal modo que seria possível descrevê-las completamente.

Segundo Ferraz Neto, no momento no qual a descrição é escrita (com as figuras de gesso representando todas as impressões), há a correlação entre uma determinada cena com figuras de gesso (que o comentador chama de “imagem-sinal”) como representação de uma determinada memória (que o comentador chama de “paisagem” passada, dada pela memória)¹⁴. Há então uma série de correlações, no ato de produção dessa descrição. A totalidade das paisagens sensoriais passadas seria representada como que *quadro a quadro*, através do recurso simbólico das figuras de gessos – no qual cada imagem-sinal seria uma representação das paisagens sensoriais passadas “até o ponto em que realmente as vi” (§67) e na mesma ordem e velocidade que a memória.

No ato da escrita dessa descrição, por princípio, não pode haver o problema de sincronia entre linguagem e fenômeno, que Hintikka (1996) e Perrin (2007) argumentam ser o cerne da impossibilidade temporal da linguagem fenomenológica, pois Wittgenstein supõe “que eu estivesse em condições de ‘escrever’ essa linguagem – gerar a representação – tão rápido como minha memória vai” (§67, OF). Essa afirmação de Wittgenstein também possibilita constatar que a descrição fenomenológica, ao menos no caso do §67, não visa descrever o fluxo presente, mas a ordem e o conteúdo da memória.¹⁵

13 No §50 das OF, Wittgenstein expõe a infalibilidade da memória, quando ela é a fonte do tempo. A análise dessa concepção e o paralelo com o tratamento da memória em Russell como uma forma de conhecimento por familiaridade (*acquaintance*) podem ser encontrados em SILVA 2014. Para uma análise detalhada desta concepção de Russell ver FARIA 2010.

14 Cf. FERRAZ NETO, 2003, p. 90.

15 Este é um ponto comumente negligenciado na bibliografia secundária, que geralmente restringe a linguagem fenomenológica à descrição do fluxo presente. Semelhante deslocamento da análise do fluxo presente para o passado da memória pode ser encontrado no texto “Linguagem Fenomenal” (WITTGENSTEIN, 2003), no qual Wittgenstein relata a Waismann as razões do abandono da tese da plena determinação do sentido (no famoso trecho sobre a memória do céu estrelado). Sobre este tema, ver SILVA (2011, 2013a, 2013b, 2013c).

Suponhamos então que essa série de correlações (entre as imagens-sinais e as paisagens da memória) tenha sido feita e agora nos encontremos diante da descrição, com o intuito de ler essas imagens-sinais. De acordo com a interpretação de Ferraz Neto, o cerne da redução ao absurdo do projeto de construção da linguagem fenomenológica localiza-se no fato de que “[o] quadro [que descreve certa paisagem passada], por si mesmo, é incapaz de indicar sua destinação” (2003, p. 90). Como ele afirma, “frente a um único ‘quadro’ (...) não há nada nele (...) que me indique *como* interpretá-lo” (idem). Em termos temporais, frente a uma representação (mesmo que seja uma descrição completamente perspicua da paisagem passada) não saberíamos determinar, *a partir da imagem-sinal tão somente*, qual momento da ordem do tempo essa representação representa.

O problema é que a destinação temporal, segundo Ferraz Neto, “(...) não pode ser depreendida da inspeção da imagem”, e é essa insuficiência da imagem-sinal para especificar qual paisagem passada ela representa (verdadeira ou falsamente) que mancharia o caráter fenomenológico dessa linguagem.¹⁶ Em outros termos, haveria uma subdeterminação do conteúdo pictórico, que tornaria as imagens intrinsecamente agnósticas do ponto de vista temporal.¹⁷

Segundo Ferraz Neto, no momento no qual a suposta descrição foi escrita (antes de sua releitura), a simultaneidade entre a imagem e a paisagem rememorada (que ela representa) deixava velada o “(...) caráter perfeitamente arbitrário dessa escolha” (2003, pp. 95-96). Esse caráter arbitrário da correlação entre uma dada imagem e uma paisagem teria um papel central na constatação da impossibilidade da linguagem fenomenológica.¹⁸ Em um primeiro momento, a determinação da forma temporal da representação parecia ser garantida pela ordem dessas representações. O fato de que uma determinada imagem-sinal antecede uma outra descreveria a *ordem* temporal das paisagens representadas (que seria a ordem da memória). Assim, a ordem

16 Cf. Ferraz Neto, 2003, p. 90.

17 Adapto aqui à perspectiva temporal a ideia usada por John Zeimbekis (2010) (retirada de Jonathan Cohen e Aaron Meskin (2004)) de que as fotografias seriam “informantes espacialmente agnósticos”. O que busco mostrar é que as imagens também seriam informantes *temporalmente* agnósticos.

18 Sou grato a um dos pareceristas anônimos desta revista, que me fez notar que esse elemento importante da argumentação de Wittgenstein não tem contraparte na posição que atribuo a Russell. Até que ponto a inexistência desse elemento comum traz problemas ao paralelo que proponho, eu ainda não sei aquilatar. Será necessário o aprofundamento das ideias aqui expostas para que esse juízo se torne a mim possível.

das representações seria a ordem do tempo. Isso, por sua vez, parecia mostrar a *possibilidade* temporal de uma linguagem que se atenha ao tempo da memória. Mas, segundo Ferraz Neto, a “(...) inserção ‘temporal’ [da imagem-sinal na ordem das representações] é também incapaz de nos dar essa especificação”, pois a ordem temporal da representação não passa de “*uma série de correlações arbitrarias*” (2003, p. 96 (grifos do autor)). O resultado é que em uma linguagem fenomenológica: “(...) não tenho *uma* figuração de uma série, mas uma série de figurações, pois o que devia dar unidade à figuração é um traço que não pode ser figurado” (2003, p. 98).

De acordo com esse raciocínio, o problema que reduz ao absurdo a linguagem fenomenológica é o de que um determinado ato de arbítrio, que institui uma imagem como representação de uma paisagem passada, ocorre em uma perspectiva temporal, que é independente da perspectiva do outro ato. Na determinação de uma imagem presente como representação de certa paisagem passada, é acrescida à imagem a sua destinação temporal, mas, como afirma Ferraz Neto, “(...) no momento em que eu passo à imagem seguinte, a imagem anterior deixa de ser uma imagem, uma figuração, exatamente porque ‘deixa de ser’ em sentido estrito” (2003, p. 98). Não há uma unidade na série de representações, pois cada ato de arbítrio desaparece tão logo é instituído e a imagem-sinal, que foi utilizada para representar o passado através desse ato de arbítrio, não traz em si a representação dessa determinação arbitrária. Ou seja, segundo Ferraz Neto, a conclusão a ser extraída é a de que a linguagem fenomenológica “não tem recursos para fornecer essa determinação [temporal] sem equívoco possível” (2017, p. 163).¹⁹ Essa determinação seria algo que não pode ser representado pela imagem sem com isso inserir um elemento *hipotético* na representação (o recurso a uma métrica do tempo, que tem como condição de possibilidade o tratamento do tempo como homogêneo, que equivale à construção de um tempo físico).

Uma pergunta que esse viés interpretativo pode suscitar é: uma vez que minha memória é colossal (como expressa Wittgenstein nas primeiras linhas do §67), o que me impede de lembrar também, não só as paisagens passadas, mas as *correlações* entre cada representação (imagem-sinal) e as paisagens da série da memória? Uma resposta possível é, creio eu, que, caso recorrêssemos à memória para determinar a destinação temporal da imagem-sinal, no ato da leitura, não estaríamos lendo a imagem (depreendendo a sua destinação temporal a partir

19 Posição esta defendida em 2017, mas que, ao menos neste ponto, está em acordo com a leitura de 2003.

da representação), mas sim novamente instituindo a correlação. Ou seja, não estaríamos lendo a descrição, mas novamente a escrevendo.

Por fim, segundo Ferraz Neto, a correlação das duas séries (das imagens-sinais e das paisagens passadas) é o que tornaria possível que a *série* de imagens fosse uma representação da *série* de paisagens e, assim, que a ordem das representações figurasse a ordem de paisagens passadas. Mas essa sobreposição só seria possível em um tempo no qual essas séries são partes de um mesmo tempo e no qual temos uma métrica capaz de determinar a correlação entre os termos dessa série. Teríamos de ser capazes de determinar que uma certa imagem representa tal paisagem passada, situada em tal momento da ordem do tempo e por tal período de tempo. Essas determinações só serão possíveis através da construção do tempo físico, que nos permita a instituição de uma métrica temporal.²⁰

A ARGUMENTAÇÃO DE RUSSELL EM 1901:

No artigo de 1901, embora Russell tenha como tema a distinção entre tempo absoluto e relacional, ele afirma que: “não estarei diretamente preocupado com a existência do espaço e do tempo, mas apenas com suas análises lógicas” (1901, p. 293). Ou seja, o problema em questão não é primariamente ontológico, mas lógico. No que diz respeito ao tempo, o ponto central do artigo pode ser formulado como a tentativa de explicitar *como o tempo deve ser* para que proposições temporais sejam possíveis. E, como veremos a seguir, caso ficemos restritos às relações temporais entre qualidades (como prazer e dor), argumentará Russell que “a série temporal como um todo colapsa (...) e o edifício das *proposições* temporais desmorona” (1901, p. 297 (grifo meu)).

Como mencionado anteriormente, nas teorias relacionais do tempo, os eventos são a única classe de entidades primitivas e há três relações simples: anterioridade, posterioridade e simultaneidade. Para que tenhamos uma *série* temporal exclusivamente a partir de eventos é necessário que, segundo Russell, “quaisquer dois [eventos] tenham uma e somente uma das

20 A constatação da impossibilidade temporal da linguagem fenomenológica não marcou o fim do período fenomenológico de Wittgenstein – embora seja um importante momento de seu percurso intelectual. Sobre a importância das considerações temporais para o final do projeto fenomenológico, ver SILVA (2011, 2013a).

três relações não analisáveis, simultaneidade, anterioridade e posterioridade” (1901, p. 295).²¹

Uma dificuldade inicial abordada por Russell é que, se algo persistir ou recorrer, seria incapaz de preencher o requisito de ter apenas uma das três relações temporais em relação a outro termo. Algo que persiste pode ser simultâneo a A e não simultâneo a A – basta que a persistência desse algo se estenda para além da persistência de A. Além disso, esse algo poderia ser simultâneo a A e também posterior ou anterior a A – bastando também que a persistência se estenda para além da persistência de A ou que a anteceda. A recorrência, por sua vez, levaria ao problema de que algo poderia ser anterior a A e, ao recorrer, ser também posterior a A – e, com isso, ser anterior e posterior a A. Isso vetaria a possibilidade de uma série temporal, pois um mesmo termo seria simultâneo, posterior e anterior a outro termo.

Para que a série temporal seja possível, então, é necessário que os elementos da série não possam persistir ou recorrer. Porém, segundo Russell, “é difícil encontrar algo logicamente incapaz de recorrência ou persistência, exceto incluindo a posição temporal na definição” (1901, p. 295). É a inclusão da posição temporal do evento que possibilitaria cumprir o requisito de que, para cada dois eventos, eles teriam uma e somente uma das três relações de sucessão e simultaneidade. Poderíamos dizer que um evento em T1 é simultâneo a A e que em T2 um outro evento, mesmo que seja qualitativamente idêntico, não é simultâneo a A, sem a contradição de que o mesmo evento seria simultâneo e não simultâneo a A, pois a diferença de T1 para T2 permitiria a individuação da identidade qualitativa desses dois eventos. O mesmo se aplicaria à recorrência. Mesmo que um conjunto de qualidades ocorra em dois momentos do tempo, ainda assim seriam *dois* eventos distintos, pois um ocorre em T1 e o outro em T2.

Para Russell, em 1901, o recurso à posição temporal (que permitiria distinguir o evento de T1 do evento de T2 – para além de sua identidade qualitativa) seria a aceitação de que o instante que determina a posição do evento na ordem temporal seria uma entidade primitiva da série. Esse recurso à posição temporal na definição do tempo como uma série de posições seria o abandono de uma teoria puramente relacional e a aceitação da teoria absoluta (ao menos em termos lógicos, como requisito das condições de possibilidade das proposições temporais).

²¹ Essas relações não são analisáveis na teoria relacional, pois, segundo Russell, por ex., caso a simultaneidade fosse analisável, a especificação das propriedades que entidades simultâneas possuem requereria o recurso a elementos da teoria absoluta (cf. RUSSELL, 1901, p. 295).

Um modo de tentar resolver o problema da persistência e recorrência seria tornar os eventos mais complexos (com o intuito de individualá-los) – como por exemplo, a morte de César e o nascimento de Cristo²². Porém, embora seja improvável que um evento complexo como a morte de César novamente ocorra, “ao menos que a data seja incluída no evento, é impossível sustentar que haveria contradição lógica na ocorrência, no futuro, de um evento precisamente similar” (1901, p. 295). E mesmo que concebamos o evento como incluindo a totalidade do universo (tendo uma máxima complexidade), ainda assim seria logicamente possível a sua recorrência, sem o recurso à determinação temporal.

De acordo com o pensamento de Russell em 1901, essas considerações mostram que não seria possível a obtenção de uma série temporal de modo relacional a partir exclusivamente de *eventos*, fazendo-se, com isso, necessária a pressuposição de uma série temporal independente. A tentativa de individualar o evento por meio do aumento da complexidade não resolveria o problema, pois, mesmo que o evento tivesse uma máxima complexidade (incluindo a totalidade do universo), a sua recorrência não seria logicamente impossível. Outra alternativa disponível ao defensor da teoria relacional seria então *não* conceber o evento como entidade primitiva, mas “tentar obter eventos por meio de relações mútuas de qualidades” (1901, p. 296). As qualidades seriam, então, as entidades primitivas. Para compreendermos essa possibilidade analisada por Russell, é necessário o entendimento do que sejam as qualidades e as suas relações mútuas. No artigo de 1901, Russell utiliza “prazer” e “dor” como exemplos de qualidades.²³ As ocorrências dessas qualidades manteriam relações temporais entre si, de tal modo que prazer e dor poderiam ser simultâneos e/ou sucessivos.²⁴ O problema posto a uma teoria relacional, que almejasse a obtenção de uma série temporal a partir apenas das qualidades (sem o recurso à ideia de uma ordem prévia de posições – para determinar temporalmente a ocorrência das qualidades), é que teríamos que sustentar que são as relações *temporais* entre as qualidades que constituem a própria série temporal. Isto, segundo Russell, se revelará impossível. Segundo Russell, caso ficásse-

22 Cf. RUSSELL, 1901, p. 295.

23 Em outros textos de Russell, podemos encontrar exemplos de qualidades como cor, “dureza” (2010, p. 473), “vermelhidão”, “doçura” etc. (1946, p. 155).

24 Com o desenvolvimento da noção de familiaridade (*acquaintance*), ficará evidente que não temos apenas familiaridade com particulares, mas também com as relações entre os particulares, como “ser antes ou depois de”, “ser simultâneo a”, “estar à esquerda de” etc. (cf. Russell, 1911).

mos restritos às relações temporais das qualidades (como dor e prazer), seria também “de todo impossível a obtenção de uma série temporal” (idem). (É a argumentação que visa expor essa impossibilidade que pretendo posteriormente relacionar à interpretação de Ferraz Neto do §67).

Digamos que primeiramente eu sinta dor e depois prazer. Segundo Russell, seríamos então levados a dizer que dor *antecede* o prazer (atendo-se às qualidades e as três relações temporais primitivas). Porém, dor e prazer podem ser simultâneos (quando, por exemplo, comemos algo prazeroso enquanto temos dor de cabeça), ou prazer pode anteceder a dor. O problema é que, ao dizermos que dor antecede o prazer, a dor, enquanto termo da série, seria indistinta de uma dor qualitativamente idêntica que poderia ser simultânea ao prazer e/ou posterior. Como frisa Russell, para que tenhamos uma série temporal é necessário que cada termo da série mantenha em relação a outro termo apenas uma das três relações incompatíveis de sucessão e simultaneidade. Sem o recurso a uma ordenação temporal que permita a localização da qualidade na série, cairíamos no mesmo problema da recorrência e persistência dos eventos, pois não teríamos como distinguir o termo que antecede um outro termo, do termo que é simultâneo a outro termo e/ou posterior – caso o termo em questão seja uma qualidade que pode recorrer. Isso mostra, segundo Russell, “que não é entre as qualidades como tais que as relações temporais se mantêm” (p. 296).

É importante notarmos que Russell não está negando que haja relações temporais entre qualidades. Posso sentir dor e depois prazer, ou sentir prazer e depois dor, ou ambas qualidades simultaneamente. O problema é que, caso fiquemos restritos às qualidades e suas relações temporais de sucessão e simultaneidade, não seria possível a obtenção de uma *série temporal*, que seria condição de possibilidade das *proposições temporais*. Ou seja, o problema não se põe à sensação (que é temporalmente ordenada), mas à ideia de que a relação temporal entre sensações seria suficiente para a obtenção de proposições temporais. Para que a determinação temporal seja possível é necessária a individuação das qualidades, que seria apenas obtida caso recorrêssemos a uma série temporal independente, e de tal estrutura que seja possível uma métrica, a partir da qual seria possível dizer que a dor pode anteceder o prazer em T1, ser simultânea em T2 e posterior em T3 (e vice-versa). Sem isso, como afirma Russell “a série temporal como um todo colapsa (...) e o edifício das proposições temporais desmorona” (p. 297).

O PARALELO ENTRE RUSSELL DE 1901 E A INTERPRETAÇÃO DE FERRAZ NETO DO §67

Na interpretação de Ferraz Neto, mesmo que estivéssemos diante de uma representação que descreve da maneira mais perspicua possível um dado sensorial passado (como, por exemplo, algo que foi visto, tal qual foi visto), não seria possível depreender da imagem-sinal a sua destinação temporal. Esse mesmo problema se colocaria caso deixássemos de lado o experimento mental do §67 e formulássemos a linguagem fenomenológica nos moldes do SRLF (WITTGENSTEIN, 1929), que recorre a números para descrever uma dada ocorrência no campo visual, e tentássemos expressar de modo *não-hipotético* a determinação temporal (atendo-se à estrutura do tempo da memória). Mesmo que tivéssemos uma notação que permitisse tal descrição completa de uma série de experiências visuais passadas, ainda assim, caso ficássemos restritos à estrutura do tempo primário (da memória), essa descrição seria desprovida de determinação temporal. Não saberíamos, diante de cada descrição, qual paisagem passada da memória ela descreve.

No exemplo do §67, a determinação temporal foi aparentemente inicialmente expressa no ato de instituir uma imagem como representação de uma paisagem passada – quando a descrição foi escrita. Mas, ao tentarmos *ler* a imagem, fica evidente a subdeterminação decorrente do agnosticismo-temporal do conteúdo pictórico, pois nada na imagem determina qual termo da ordem da memória essa imagem representa e por quanto tempo ele representa (e o mesmo se aplicaria às “proposições” que descrevessem apenas fenômenos, sem o uso de determinações temporais).²⁵ Se recorrêssemos à memória para instituir essa correlação, não estaríamos lendo a imagem, mas novamente a instituindo como representação (ou seja, novamente escrevendo a descrição). Isso vetaria a possibilidade da construção de uma série de representações atendo-se à forma e ao conteúdo dos fenômenos, pois cada termo da série seria incapaz de indicar a sua destinação temporal, e constituir assim uma série temporal de representações.

Nos termos da argumentação de Russell, uma vez que a imagem-sinal estaria limitada a representar qualidades, não seria possível determinar *qual* de inúmeras ocorrências possíveis de uma mesma qualidade ela representa. Essa determinação só seria possível através da

25 Mais especificamente, o que nos mostra o §67 é que, neste caso, não seriam proposições.

individuação das qualidades, por meio da ideia de que cada uma dessas qualidades idênticas ocorreria em uma determinada posição da série temporal, que ordenaria as posições possíveis das qualidades. Ou seja, seria necessário o recurso a uma série temporal *independente*, que permitiria a construção de uma métrica, a partir da qual as datas nomeariam as posições da série e poderíamos dizer que as qualidades ocupam essas posições.

Assim, embora Russell no artigo de 1901 esteja preocupado com a contraposição entre tempo absoluto e relacional (que é o cerne de várias considerações tradicionais da ontologia do tempo), o fato do autor restringir o problema à análise lógica das condições de possibilidade das proposições temporais aproxima as suas conclusões das considerações gramaticais de Wittgenstein. Em ambos os casos, constata-se a impossibilidade da obtenção de uma série temporal a partir exclusivamente das relações temporais dos fenômenos (em Wittgenstein) e das qualidades (em Russell).

Wittgenstein expressa a dimensão positiva dessa constatação através da ideia de que “o que nós compreendemos pela palavra ‘linguagem’ flui no tempo homogêneo da física” (OF, §69). É isso que possibilita, segundo o autor, que todos os fatos empíricos possam ser conectados com o que mostra o relógio.²⁶ Como afirma Wittgenstein: “‘temporalidade’ não quer dizer que chegarei às 5 horas em ponto, mas que chegarei *em algum tempo*” (BT, §31, p. 91 (grifos meus)). É justamente a ideia de que as qualidades e fenômenos ocorrem “*em um tempo*”, que Russell sustenta ser uma condição de possibilidade das proposições temporais em 1901.

Em termos gerais, uma vez que a determinação temporal é condição de possibilidade das proposições empíricas,²⁷ as análises aqui delineadas mostrariam que a semântica requer uma ontologia que não fique restrita às relações temporais dos fenômenos e das qualidades. Ao menos no caso de Wittgenstein (embora não creio haver espaço aqui para a exposição detida desta ideia)²⁸, a constatação de que a linguagem flui no tempo homogêneo da física pode ser interpretada como o ponto de partida das reflexões que culminarão no chamado “argumento

26 Cf. BT, §31, p. 91.

27 Diferentemente do caso das proposições eternas e atemporais.

28 Exploro essa relação nos textos SILVA (2011, 2013a, 2017).

da linguagem privada”.²⁹ Em uma formulação do argumento em 1936, nas notas de aula de Rush Rhess, Wittgenstein argumenta que, quando determinamos um modelo para as aplicações futuras da linguagem, devemos nomear algo no *tempo físico*.³⁰ É por essa razão que, para Wittgenstein em seu pensamento tardio, não é a sensação da dor (dada no tempo de memória) que desempenhará um papel semântico fundamental no jogo de linguagem, mas o comportamento da dor (que é algo que podemos situar no tempo físico – como um evento físico). Se o paralelo aqui proposto entre a análise de Ferraz Neto do §67 das OF e as ideias de Russell do artigo de 1901 estiver correto, abre-se, com isso, um novo viés interpretativo para a compreensão do desenvolvimento da filosofia de Wittgenstein, a partir das reflexões de Russell sobre a importância do tempo físico para a análise lógica das proposições temporais.

Russell, posteriormente, por influência das teorias da relatividade de Einstein, abandonará a teoria absoluta do tempo. Porém, sustentará no OKEW que a teoria absoluta continua logicamente possível e que é consistente com os fatos, assim como, a teoria relacional.³¹ O problema de determinar se a construção do instante a partir da ordem dos eventos (nos escritos de 1914 e posteriores) significa a recusa da argumentação presente em 1901, acerca da impossibilidade de construção de uma série temporal a partir das *qualidades*, é um problema que aqui ficará em aberto. Mas é importante notar que Russell manterá no período construtivista (1914-1918) uma filosofia *realista*, que concebe os constituintes últimos da realidade como entidades extra-mentais. Segundo Russell, os *sense-data* são entidades “extra-mentais, puramente físicas, e entre os

29 Presente, principalmente, nas seções 243 até 315 das *Investigações Filosóficas*, (WITTGENSTEIN, 2002).

30 As notas de Rhess foram publicadas com o título “*The Language of Private Experience and Sense-Data*”, em (WITTGENSTEIN, 1993) (doravante LSD). Wittgenstein, nas aulas de maio de 1936, supõe alguém que, ao invés de nomear algo no tempo físico, buscasse nomear um fenômeno no tempo da memória: “imagine alguém que pensasse poder usar ‘c’ não para se referir à imagem no filme [tempo físico], mas dizendo isso do que está simplesmente na tela [no tempo da memória] – apontando para aquilo, chamando aquilo c, e dizendo ‘c é agora’. Ele poderia igualmente ter dito que qualquer coisa era ‘c’” (LSD, p. 336). (Sobre a importância de metáfora cinematográfica em Wittgenstein e Russell, ver SILVA (2015)). A conclusão que Wittgenstein extrai dessa reflexão é que “[u]m modelo é, assim como uma palavra, algo que perdura [*something which lasts*] – eu mostro a você o modelo, você o vê, eu o vejo, nós o olhamos por cinco minutos” (LSD, pp. 340-1)). Em outros termos, o modelo deve ser uma entidade transtemporal ou um evento físico (composto por entidades transtemporais) situados no tempo físico.

31 Cf. RUSSELL, 2009, p. 119.

constituintes últimos da matéria” (1918, p. 128). São essas entidades extra-mentais, ordenadas pelas relações de sucessão e simultaneidade, que formariam a série do tempo objetivo (físico). Esses dados extra-mentais são distintos das *sensações*, que são os *sense-data* dados à consciência, no tempo mental.³² Isso afasta a posição construtivista de Russell da fenomenologia wittgensteiniana (presente no SRLF e OF), que concebe o tempo fenomenológico como primário e o físico como secundário.³³ Isso nos permite provisoriamente sustentar a hipótese de que, para Russell, nem em 1901 e nem em seu período construtivista a série temporal da realidade seria a ordem das sensações.

Bibliografia

COHEN, J.; MESKIN, A. 2004. “On the Epistemic Value of Photographs,” *The Journal of Aesthetics and Art Criticism* 62: 197–210.

FARIA, P. 2010. “Memory as Acquaintance with the Past”, *Kriterion, Belo Horizonte* 121. pp. 149–172.

FERRAZ NETO, B. 2003. *Fenomenologia em Wittgenstein: tempo, cor e figuração*. Editora UFRJ.

_____. 2005. *Wittgenstein e Bergson, Analytica*, Vol 9, N 2; 43–58.

FERRAZ NETO, B.; ENGELMANN, M.; CARVALHO, M.; CUTER, J.V. G. 2017. *Fenomenologia, análise e gramática - comentário às “Observações filosóficas” de Wittgenstein*. 1. ed. São Paulo: Mundaréu.

HINTIKKA, J. 1996. *Selected Papers, vol. 1: Ludwig Wittgenstein: Half-Truths and One-and-a-Half-Truths* [= SP, vol. 1], Netherlands, Kluwer Academic Publishers.

MIAH, S. 2006. *Russell’s Theory of Perception: 1905–1919*, Continuum International Publishing Group, London.

PERRIN, D. 2007. *Le Flux et l’instant - Wittgenstein aux prises avec le mythe du présent*, Paris, Vrin.

RUSSELL, B. 1901. “Is Position in Time and Space Absolute or Relative?”. *Mind, New Series* 10.39. pp. 293–317.

32 Russell expõe a distinção entre tempo físico e mental no capítulo VI do *Theory of Knowledge* (1984).

33 Sobre essa distinção entre as posições de Russell e Wittgenstein, ver SILVA (2015).

_____. 1911. "Knowledge by Acquaintance and Knowledge by Description." Proceedings of the Aristotelian Society Vol. 11, pp. 108-28.

_____. 1912. *The Problems of Philosophy*, Home University Library, London.

_____. 1915. "On the Experience of Time". The Monist, Vol. 25, No. 2 (APRIL), pp. 212-233

_____. 1918. "The Ultimate Constituents of Matter". In *Mysticism and Logic and Other Essays*. London: Longmans, Green & Co. pp. 97-112.

_____. 1927. *The Analysis of Matter*. Kegan Paul, London.

_____. 1936. "On order in time". Proceedings of the Cambridge Philosophical Society 32: 216-28.

_____. 1946. "The Problem of Universals", Polemic, No.2, 21-35.

_____. 1984. *Theory of Knowledge*, Routledge, London.

_____. 1995. *My Philosophical Development*, Routledge, London.

_____. 2009. *Our Knowledge of the External World: As a Field for Scientific Method in Philosophy*, Taylor & Francis Routledge, New York.

_____. 2010. *The Principles of Mathematics*, Routledge Classics, Abingdon.

SILVA, G. 2011. As análises do tempo de Wittgenstein e o argumento da linguagem privada - o fim da memória como parte da estrutura lógica do mundo. Tese de doutorado, UFSCar.

_____. 2013a. "O fim da fenomenologia em Wittgenstein - uma abordagem temporal". *Revista Filosóficos*, v. 18, pp. 11-41.

_____. 2013b. "A concepção de Wittgenstein, no período intermediário, da memória como fonte do tempo". In: Marcelo Carvalho, Vinicius Figueiredo. (Org.). *Filosofia contemporânea: lógica, linguagem e ciência - XV Encontro Nacional ANPOF*. 1ed. São Paulo: ANPOF, v. 5, p. 375-396.

_____. 2013c. "Recognition and Identity: memory as part of the logical structure of the world". *O Que nos Faz Pensar (PUCRJ)*, v. 33, p. 251-270.

_____. 2015. "Russell and Wittgenstein on time and memory: two different uses of the cinematographic metaphor". *Analytica (UFRJ)*, v. 18, p. 197-227.

ZEIMBEKIS, J. 2010. "Pictures and Singular Thought", *The Journal of Aesthetics and Art Criticism*, 68:1 Winter.

WAISMANN, F. 1979. *Wittgenstein and the Vienna Circle: conversations recorded by Friedrich Waismann*, McGuinness (ed.), Basil Blackwell, Oxford.

- WITTGENSTEIN, L. 1929. "Some Remarks on Logical Form", In: Proceedings of the Aristotelian Society, Suppl. vol. 9. 162-171.
- _____. 1975. *Philosophical Remarks*, Rhees, R. (ed). Transl. by Hargreaves, R. and White, R., Chicago, The University of Chicago Press.
- _____. 1989. *Wittgenstein's Nachlass - The Bergen Electronic Edition [= MS /TS]*, Clean Version © Copyright in this machine-readable text Hans Kaal and Alastair McKinnon.
- _____. 1993. "The Language of Private Experience and Sense Data." In *Philosophical Occasions: 1912-1951*. Edited by J. Klagge and A. Nordmann. Indianapolis: Hackett.
- _____. 2002. *Philosophical Investigations*, Third edition, Transl. by Anscombe, G. E. M., Oxford, Blackwell Publishing.
- _____. 2003. *Phänomenale Sprache*". In: The Voices of Wittgenstein (The Vienna Circle). Ludwig Wittgenstein and Friedrich Waismann. Ed: Baker. Original German Texts and English translations. Transcribed, edited and with an introduction by Gordon Baker. Routledge.
- _____. 2005. *The Big Typescript – TS 213*, Luckhardt G.G. and Maximilian A.E (ed), Transl. by Luckhardt G.G. and Maximilian, Oxford, Blackwell Publishing.

RESUMO

Bento Prado de Almeida Ferraz Neto, em seu livro de 2003, oferece uma análise detida do §67 das Observações Filosóficas de Wittgenstein e mostra como este parágrafo se encontra diretamente relacionado ao abandono do projeto de construção de uma linguagem fenomenológica, em 1929, por razões relacionadas ao tempo. O objetivo deste artigo é traçar paralelos entre a análise de Ferraz Neto do §67 e um argumento utilizado por Bertrand Russell em 1901, para mostrar a impossibilidade da construção de uma série temporal a partir das qualidades (como prazer e dor). A importância do §67 reside no fato de ser o principal trecho no qual Wittgenstein expressa a impossibilidade temporal da linguagem fenomenológica. Ferraz Neto é o único comentador que de forma detida analisa este parágrafo e, a partir dele, oferece uma interpretação para a impossibilidade da linguagem fenomenológica. Meu objetivo principal é mostrar que a argumentação de Russell em 1901 antecipa alguns elementos presentes no §67, de acordo com a interpretação de Ferraz Neto. Isso nos permitirá um novo viés interpretativo para a afirmação de Wittgenstein de que o que compreendemos pela palavra “linguagem” flui no tempo homogêneo da física. Na perspectiva de Russell, essa afirmação equivaleria à constatação de que uma série temporal independente das qualidades seria um requisito da forma lógica das proposições temporais. Isso, por sua vez, possibilitará conectar as análises fenomenológicas de Wittgenstein de 1929 com o debate acerca da contraposição entre as concepções relacional e absoluta da estrutura temporal da linguagem.

Palavras-Chave *linguagem fenomenológica, tempo da memória, tempo físico, tempo relacional, tempo absoluto.*

ABSTRACT

Bento Prado de Almeida Ferraz Neto, in his book from 2003, offers a detailed analysis of the paragraph 67 from Wittgenstein’s Philosophical Remarks and shows how Wittgenstein’s abandonment of the phenomenal language project in 1929 is direct related to time. This paper aims to contrast his analysis of the paragraph 67 with an argument used by Bertrand Russell in 1901, used to demonstrate the impossibility of a temporal series constructed from the temporal relations of qualities (such as pleasure and pain). My main point is to show that Russell’s argument in 1901 anticipates some elements present in §67, according to Ferraz Neto’s interpretation. This allows us a new perspective for Wittgenstein’s idea from 1929 that what we understand by the word “language” flows in the physical homogeneous time. In Russell’s perspective from 1901, this assertion would amount to the idea that a temporal series independent of qualities would be a requirement of the logical form of temporal propositions. This, in turn, would allow us to connect Wittgenstein’s phenomenological analyses from 1929 with the dispute between the relational and absolute concepts of the temporal structure of language.

Keywords *phenomenological language, memory time, physical time, relational time, absolute time.*